



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

*Recebido  
func.  
cc.f.  
22/04*

**PROJETO DE LEI Nº 041, DE 15 DE ABRIL DE 2021.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**  
**RECEBEMOS**  
**EM 15/04/2021**  
**17241**  
**FUNCIONARIO**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ILHÉUS, ESTADO DA BAHIA**, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2022, em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e no art. 159, § 2º, da Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – as metas e riscos fiscais;
- III – a organização e estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;
- V – as disposições referentes às transferências voluntárias;
- VI – das normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VII – as alterações na legislação tributária do Município;
- VIII – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IX – as disposições sobre a dívida pública municipal e operação de crédito;
- X – as disposições finais.

**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES E METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - Constituem prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2022, os Programas indicados no Anexo I desta Lei.

§ 1º As metas e ações de cada programa prioritário constante do Anexo referido no caput deste deverão estar de acordo com aquelas especificadas no PPA – Plano Plurianual – 2022/2025, sendo que por se tratar de um ano atípico, onde a elaboração da LDO antecede a elaboração do PPA, o Anexo I, será incorporado automaticamente a esta Lei, depois de devidamente apreciado e aprovado pelo Legislativo Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS**  
**DESPACHO**

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PRESIDENTE**

Avenida Brasil, n. 90, Conquista, Ilhéus-BA | CEP 45650-270 | Fone: 73 3234-3500

*Arino*





## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

§ 2º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal devem refletir, a todo tempo, os objetivos da política econômica governamental, especialmente aqueles que integram o cenário em que se baseiam as metas fiscais, e da política social.

§ 3º - Com relação às prioridades estabelecidas neste artigo, observar-se-á, ainda, o seguinte:

I - suas dotações não poderão sofrer anulação para financiar créditos adicionais, salvo após justificativa circunstanciada pelo titular do órgão responsável pela implementação das prioridades pertinentes e autorização do Chefe do Poder Executivo;

II - em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressaltar, sempre que possível, as ações que constituam metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

§ 4º - As prioridades de que trata o caput são passíveis de revisão, alteração e atualização no Projeto de Lei Orçamentária para 2022, caso ocorra a necessidade de ajustes nas diretrizes estratégicas do município.

§ 5º - As metas fiscais para o exercício de 2022 são as constantes do Anexo II desta Lei e poderão ser ajustadas se verificadas alterações da conjuntura nacional, estadual e municipal, dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas e do comportamento da execução dos Orçamentos de 2021, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 3º - No estabelecimento das ações que serão contempladas na Lei Orçamentária do exercício de 2022 a Administração Municipal observará as seguintes diretrizes gerais:

I - valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;

II - austeridade na utilização dos recursos públicos;

III - fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas sociais básicas e de infra-estrutura econômica.

IV - empreender iniciativas e ações sociais, econômicas, educacionais e culturais.

V - priorização para os projetos de educação fundamental, proteção para criança, saúde e saneamento básico;

VI - preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio, inclusive ambiental;

VII - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal, através da instituição e regulamentação dos tributos que sejam de sua competência tributária, bem como o estabelecimento de sistemas adequados de fiscalização, arrecadação, controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa.

VIII - modernização e ampliação da infra-estrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com outras esferas do governo, bem como a iniciativa privada.





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

IX – Formulação e execução de políticas sociais relacionadas com proteção da infância e juventude;

X – Promoção eficaz de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes;

§ 1º - Garantir um percentual mínimo da receita tributária líquida anual, para a promoção eficaz de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes.

§ 2º - Garantir um percentual mínimo do Fundo de Participação dos Municípios – FPM ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, adotando medidas eficazes de combate ao trabalho infantil e profissionalização de adolescentes.

Art. 4º- As prioridades e metas de que trata este Capítulo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2022, não se constituindo limites à programação das despesas.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DAS METAS E RISCOS FISCAIS**

Art. 5º - Integra a presente Lei os anexos estabelecidos nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Os anexos referidos no caput deste artigo estão em consonância com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria STN n.º 286 de 07 de maio de 2019, em sua 10ª Edição.

#### **CAPÍTULO III**

##### **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 6º - Para fins de organização, estruturação e execução dos orçamentos, conceituam-se:

I – programa - instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;





## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

- V – função - o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;
- VI – subfunção - a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.
- VII - categoria de programação – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos programas, projetos, atividades e operações especiais, função e subfunção;
- VIII - transposição – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;
- IX - remanejamento – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;
- X - transferência – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro;
- XI - reserva de contingência – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
- XII - passivos contingentes – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;
- XIII - créditos adicionais – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;
- XIV - crédito adicional suplementar – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;
- XV - crédito adicional especial – as autorizações de despesas, mediante lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;
- XVI - crédito adicional extraordinário – as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;
- XVII - unidade orçamentária - consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações orçamentárias específicas;
- XVIII - unidade gestora - Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;
- XIX - órgão - Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;
- XX - Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) - instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o Elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

XXI - alteração do Detalhamento da Despesa – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa.

Art. 7º - A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, compondo-se de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.

§ 1º - As categorias econômicas são: Despesas Correntes e Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

- I - Pessoal e Encargos Sociais – 1;
- II - Juros e Encargos da Dívida – 2;
- III - Outras Despesas Correntes – 3;
- IV - Investimentos – 4;
- V - Inversões Financeiras – 5;
- VI - Amortização da Dívida – 6.

§ 3º - A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 4º - A modalidade de aplicação constitui-se numa informação gerencial, com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pela Administração Pública Municipal, ou, mediante transferência, por instituições privadas sem fins lucrativos como também por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos e entidades.

§ 5º - A especificação da modalidade de que trata o parágrafo anterior observará as disposições estabelecidas na Portaria Interministerial nº 163/01 e suas alterações.

§ 6º - As modalidades de aplicação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa na modalidade prevista inicialmente.

§ 7º - O elemento de despesa tem por finalidade identificar os objetos de gasto, mediante o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins.





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

§ 8º - Para os fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa.

#### **SEÇÃO I**

#### **DOS PRAZOS**

Art. 8º - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal deverá ser protocolada no prazo previsto na legislação pertinente, sendo que, além da mensagem e do respectivo projeto de texto de lei, será composta de:

- I - texto da lei;
- II - demonstrativos orçamentários consolidados;
- III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- IV - Anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal – (LC 101/00, Art. 5º).

§ 1º - Os demonstrativos orçamentários consolidados a que se refere o inciso II do caput deste artigo, incluindo os complementos pertinentes referenciados nos arts. 2º e 22 da Lei Federal nº 4.320/64, compreenderão:

- I - receita e despesa segundo a categoria econômica de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo I de que trata o art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64;
- II - receita segundo a categoria econômica;
- III - despesa segundo poder, órgão e unidade orçamentária, por fonte de recursos e por grupo de natureza de despesa;
- IV - despesa segundo a função, subfunção e programa;
- V - receita e despesa das entidades da Administração Indireta, segundo poder, órgão e unidade orçamentária, por categoria econômica e por fonte de recursos;
- VI - aplicação em ações e serviços públicos de saúde;
- VII - aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- VIII - ações financiadas com recursos de operações de crédito;
- IX - demonstração da dívida fundada e flutuante;
- X - evolução da receita segundo a categoria econômica e origem;
- XI - evolução da despesa segundo a categoria econômica;
- XII - planos de aplicação dos fundos especiais;
- XIII - legislação referente à receita prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- XIV - finalidades e legislação básica dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

§ 2º - A composição dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a que se refere o inciso III do caput deste artigo, conterá:

- I - programa de trabalho, por poder, órgão e unidade orçamentária;
- II - demonstração da compatibilidade entre a programação constante nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Plano Plurianual 2022-2025.

§3º - Os anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal referidas no inciso IV, do caput deste artigo compreenderão as seguintes tabelas explicativas:

- a) Demonstrativo de Compatibilidade;





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

- b) Demonstrativo de Compensação e Renúncia de Receita;
- c) Demonstrativo de Reserva de Contingência;
- d) Despesas relativas à dívida e as Receitas que as atenderão;

Art. 9º - A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1º - Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2º - Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 3º - Os Fundos e Entidades Municipais legalmente instituídos integrarão os orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas, de modo a evidenciar o princípio constitucional de sua integração à Lei Orçamentária Anual.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 10 - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como sua execução e gestão orçamentária, financeira e contábil serão realizadas no Sistema Integrado de Gestão, Planejamento, Contabilidade e Finanças.

#### **SEÇÃO I**

#### **DA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 11 - A Lei do Orçamento Anual de 2022 abrangerá os orçamentos fiscal e da seguridade social referentes aos órgãos dos Poderes e os seus fundos especiais.

Art. 12 - A receita será detalhada na proposta, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de forma a identificar a arrecadação segundo as naturezas da receita e fontes de recursos.

§ 1º - A classificação das naturezas da receita obedecerá à estrutura e os conceitos constantes da Portaria Interministerial STN/SOF nº 5, de 25 de agosto de 2015, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que altera a estrutura de códigos da classificação da receita quanto à natureza, bem como no Ato n.º 344/2017 de 11 de outubro de 2017, Ato n.º 41/2018 de 17 de janeiro de 2018, Ato n.º 288/2018 de 23 de agosto de 2018 e Ato n.º 456 de 29 de Agosto de 2019. do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM-BA.





## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

§ 2º - - A classificação das naturezas da receita de que trata o § 1º deste artigo poderá ser detalhada para atendimento às peculiaridades ou necessidades gerenciais da Administração Pública Municipal.

Art. 13 – A classificação da despesa, segundo sua natureza, observará o esquema constante da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001, com suas alterações posteriores, e Ato n.º 344/2017 de 11 de outubro de 2017 e Ato n.º 41/2017 de 17 de janeiro de 2018 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM-BA, sendo discriminado na Lei Orçamentária e em seus respectivos créditos adicionais por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, identificados respectivamente por títulos e códigos.

Parágrafo único - Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional, funcional e da natureza da despesa, da estrutura programática discriminada em programa e projeto, atividade ou operação especial, de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos e das metas governamentais correspondentes.

Art. 14 - O Orçamento Analítico também denominado de Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, que contém a discriminação, por elemento de despesa e fonte de recursos, dos projetos, atividades e operações especiais integrantes dos Programas de Trabalho aprovados na Lei Orçamentária, poderá ser ajustado, observados os limites financeiros de cada grupo de despesa, assim como o comportamento da arrecadação da receita vinculada à sua fonte de recurso correspondente.

Art. 15 - O Poder Executivo colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as estimativas de receitas para o exercício de 2022, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 16 - A proposta orçamentária terá seus valores a preços vigentes no mês de julho de 2021.

Art. 17 - A estimativa da receita do Município para a elaboração da proposta orçamentária será realizada pelo Órgão Municipal competente e considerará o disposto no art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 18 - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais somente incluirão novos projetos se:

- I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II - houver viabilidade técnica e econômica;
- III - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.
- IV – ocorrer transferências voluntárias da União ou do Estado.





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

Parágrafo único - Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de abril do exercício em curso, ultrapasse a 15% (quinze por cento) do seu custo total estimado.

Art. 19 - As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

Art. 20 - Visando garantir a autonomia orçamentária, administrativa e financeira ao Poder Legislativo ficam estipulados os seguintes limites para a elaboração de sua proposta orçamentária:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais obedecerão ao disposto no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como o dispositivo constitucional previsto no artigo 29-A, da Constituição Federal, assegurada a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais;

II – as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos, dentro do limite estabelecido pelo texto Constitucional referido no inciso anterior.

Parágrafo único – Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, obedecerá também aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade.

Art. 21 - Em até trinta dias que antecede ao envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, o Poder Legislativo deverá encaminhar sua previsão orçamentária, exclusivamente, para efeito de consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, por parte do Poder Executivo, desde que sejam atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º – Será observado o disposto na Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º - O percentual financeiro devido à Câmara Municipal deverá ser repassado àquela Casa Legislativa até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 22 - O Poder Executivo adotará mecanismos para incentivar a participação popular, na indicação de prioridades e na elaboração da Lei Orçamentária para exercício de 2022, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados, conforme disposto no art.48 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000.





## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

Parágrafo único – Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas ou consultas públicas, realizadas na Sede e nos Distritos, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção conjunta através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

III – nas audiências públicas ou consultas públicas, por meio eletrônico, serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.

#### SEÇÃO II

#### DAS EMENDAS PARLAMENTARES

Art. 23 - Na apreciação do Projeto da Lei Orçamentária e dos seus créditos adicionais, não poderão ser apresentadas emendas que:

I - aumente o valor global da despesa, inclusive mediante criação de novos projetos ou atividades, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 78 combinado com o disposto no art. 160 da Constituição Estadual;

II - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) recursos vinculados;
- b) recursos próprios de entidades da Administração Indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
- c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;

III - anulem despesas relativas à:

- a) dotações para pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para os Municípios;
- d) seguridade social;

IV - incluam ações com a mesma finalidade em mais de um órgão ou no mesmo programa, ressalvados os casos daquelas com objetivos complementares e interdependentes.

§ 1º - As emendas ao projeto de lei orçamentária não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com as disposições desta Lei e do Plano Plurianual 2022-2025.





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

§ 2º - As emendas aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal, quando houver, constarão de anexo específico da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Fica vedada a realização de emendas que modifiquem a programação de despesas de fontes de recursos com finalidades distintas.

§ 4º - As emendas aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal, quando houver, com mesma finalidade de ação orçamentária integrante do Projeto de Lei Orçamentária Anual, será elaborado um anexo específico de Emendas Parlamentares, para demonstrar seu detalhamento.

Art. 24 - Os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos especiais ou suplementares.

Parágrafo único – No caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Art. 25 - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a votação, na comissão de orçamento e finanças, da parte cuja alteração é proposta.

### **SEÇÃO III**

#### **DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 26 – Poderão ser inclusas na Lei Orçamentária Anual dotações para custeio de despesas de outros entes da Federação desde que envolvam situações claras de atendimento a interesses locais, atendidos os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 27 - A coleta de dados, o seu processamento, execução e a consolidação da Lei Orçamentária Anual para 2022, bem como suas alterações nos quadros de detalhamento da despesa, serão feitos, por meio do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA e por meio eletrônico através do e-TCM.

§1º - Os relatórios que consolidam a Lei Orçamentária Anual emitidos pelo SIGA, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia- TCM-BA através da internet pelo módulo transferidor e devidamente validados pelo titular da Pasta ou entidade, conforme disposto na Resolução n.º 1.273/08 de 17 de dezembro de 2008 e Resolução n.º 1.293/10 de 16 de Dezembro de 2010 do TCM-BA.

§2º - Todos os documentos de que tratam as Resoluções do Tribunal de Contas dos Município - TCM-BA nºs 931/04, 1060/05, 1061/05, 1062/05, 1065/05, 1121/05, 1122/05, 1197/06, 1269/08, 1276/08, 1277/08, 1310/12 e 1355/17, referente à documentação mensal da receita e da despesa e da prestação anual de contas dos





## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

jurisdicionados, serão enviados, exclusivamente, por meio eletrônico, em consonância com a Resolução n.º 1337/2015 do TCM-BA.

Art. 28 - A Lei Orçamentária conterá dotação global denominada "Reserva de Contingência", em montante equivalente a até 1% (um por cento) da sua receita corrente líquida, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais conforme art. 8º da Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001 e para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 29 - A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos regulados pela Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e em conjunto com o Decreto n.º 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

Art. 30 - A execução da Lei Orçamentária de 2022 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública.

§ 1º - Quando se tratar de crédito especial, o disposto no caput deste artigo será aplicado após a publicação da respectiva lei autorizativa.

§ 2º - Na hipótese do município não ter fixado na Lei Orçamentária Anual – LOA 2021, fica o Poder Executivo, mediante ato próprio, inserir fonte de recurso para reforço de dotações orçamentárias, desde que respeitados os grupos de despesas correspondentes.

Art. 31 - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDDs relativos aos programas de trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual e cujos desdobramentos obedecerão ao disposto na Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações.

§ 1º - Os QDDs deverão discriminar, por elementos, os grupos de despesa e fonte de recursos aprovados para cada categoria de programação.

§ 2º - Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pela Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º - Os QDD's poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos suplementares e especiais regularmente abertos.

§ 4º - A apresentação das fontes de recursos de que trata o § 1º deste artigo, será feito obedecendo à classificação contida na Resolução n.º 1.268/08 de 27 de agosto de 2008 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM-BA e suas alterações, bem como, em conjunto com a Portaria Conjunta STN/SOF n.º 20, de 23 de fevereiro de 2021:





## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

§ 5º - As fontes de recursos aprovadas e/ou inseridas durante o exercício financeiro nesta lei e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelo Poder Executivo, mediante ato próprio, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo o caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.

Art. 32 - Na elaboração, aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício de 2022, o Município buscará a obtenção dos resultados previstos nos anexos de Metas Fiscais de que trata o art. 5º desta Lei.

Parágrafo único – As Metas Fiscais de que trata o art. 5º desta lei poderão ser revistas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, além da definição das transferências constitucionais e voluntárias constantes das propostas orçamentárias da União e do Estado da Bahia.

#### SEÇÃO IV

#### DO EQUILIBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 33 - São medidas para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas e formação de poupança interna destinadas aos programas de governo, dentre outras:

I - no âmbito das receitas:

- a) aumento real da arrecadação tributária;
- b) recebimento da dívida ativa tributária;
- c) recuperação de créditos junto à União;
- d) geração de recursos provenientes da prestação de serviços públicos;
- e) adequação dos benefícios fiscais;

II - no âmbito das despesas:

- a) racionalização, controle e administração de despesas com custeio administrativo e operacional;
- b) controle e administração das despesas com pessoal e encargos sociais;
- c) administração e controle dos pagamentos da dívida pública;
- d) autorização e execução de investimentos dentro da capacidade de desembolso do Município;
- e) execução das despesas vinculadas dentro dos limites estabelecidos pelas normas legais;
- f) controle de custos.

Parágrafo único – O órgão central do sistema municipal de planejamento, com base na estimativa da receita e tendo em vista o equilíbrio fiscal do município, estabelecerá o limite global máximo para a elaboração da proposta orçamentária de cada secretaria da Administração Direta do Poder Executivo, incluindo as entidades da Administração Indireta e os fundos a ele vinculados.





# **ESTADO DA BAHIA**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

### **SEÇÃO V**

#### **DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 34 - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, funções e subfunções de governo, programas, projetos e atividades, com suas respectivas dotações por grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação.

Art. 35 - O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo Único - A proposta do orçamento fiscal incluirá os recursos necessários à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 36 - O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes e órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, vinculada as funções de saúde, previdência e assistência social.

Parágrafo Único - A proposta do orçamento da seguridade social contemplará também os recursos necessários à aplicação mínima em ações de serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 37 - Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I – recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado da Bahia e da União decorrentes da execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência e previdência social;

II – receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.

### **SEÇÃO VI**

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E SUA LIMITAÇÃO E CONTINGENCIAMENTO**

Art. 38 - Com vistas ao cumprimento das metas fiscais previstas no Capítulo II desta Lei, os Poderes deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2022, cronograma de execução mensal de desembolso para o referido exercício, contemplando os limites por unidade orçamentária.

§ 1º - O Poder Executivo, no ato de que trata este artigo, publicará, ainda, as metas bimestrais de realização de receitas, desdobradas por categoria econômica.

§ 2º - O Poder Legislativo, quando verificado pelo Poder Executivo que a realização da receita está aquém do previsto, promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, adequando o cronograma de execução mensal de desembolso ao fluxo efetivo da receita realizada, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei Complementar nº 101/2000.





## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

§ 3º - O contingenciamento se dará quando do retardamento ou, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas.

§ 4º - O Governo Municipal emitirá um Decreto limitando os valores autorizados na Lei Orçamentária Anual - LOA, relativos às despesas discricionárias ou não legalmente obrigatórias, sendo que este, apresentará como anexos limites orçamentários para a movimentação e o empenho de despesas, bem como limites financeiros que impedem pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, inclusive de anos anteriores.

Art. 39 - Havendo a necessidade da limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos Anexos que integram esta Lei, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária de 2022, em cada categoria de programação indicada, excluídas as dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviço da dívida;

II - o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante da limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa de receitas e despesas;

III - o Poder Legislativo, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicará ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, para cada conjunto de categoria programática indicada no caput deste artigo;

IV - a limitação de empenho e movimentação financeira deverá ser efetuada observando-se a seguinte ordem decrescente:

- a) investimentos e inversões financeiras;
- b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;
- c) outras despesas correntes.

§ 1º - Caberá ao Órgão de Planejamento ou equivalente, no âmbito do Poder Executivo, analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cuja execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§ 2º - Caso ocorra à recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES ÀS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**

**SEÇÃO I**  
**DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS AO SETOR PÚBLICO E PRIVADO**

Art. 40 - A inclusão de dotações a título de subvenções, contribuições ou auxílios na Lei Orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais, somente será feita se atender às exigências legais, constante do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, se destinadas a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada e desde que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto e gratuito ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esporte;
- II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no caso de prestação de assistência social, e no art. 61 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no caso de entidades educacionais;
- III - sejam qualificadas como Organizações Sociais ou como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- IV - sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;
- V - sejam qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacidade de atletas nas modalidades de torneios, campeonatos de amadores e profissionais que de alguma forma incentivem o esporte e representem o Município, desde que formalizada a requisição mediante apresentação do projeto onde estejam indicados o objeto, finalidades, forma de execução e planilha de custos, devendo também ser de alguma forma evidenciada a participação do Governo Municipal no projeto e eventos.
- VI - de atendimento a pessoas em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, em especial crianças e adolescentes, mulheres, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, agricultores familiares, trabalhadores rurais, e as populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas;

§ 1º - A execução das dotações sob os títulos especificados neste artigo, além das condições nele estabelecidas, dependerá da assinatura de convênio, conforme observado o disposto no art. 116 e §§ da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º - Aos órgãos ou entidades responsáveis pela concessão de subvenções sociais, contribuições ou auxílios, conforme previsto no caput deste artigo, competirá verificar, quando da assinatura de convênio ou contrato de gestão, o cumprimento das exigências legais.

**SEÇÃO II**  
**DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PESSOAS FÍSICAS**





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

Art. 41 - A destinação de ajuda financeira, a qualquer título, a pessoas físicas, somente se fará para garantir a eficácia da execução de programa governamental específico, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esporte, atendido ao disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/00, inclusive a prévia autorização por lei específica, e desde que, concomitantemente:

I - o programa governamental específico em que se insere o benefício esteja previsto na Lei Orçamentária de 2022;

II - reste demonstrada a necessidade do benefício como garantia de eficácia do programa governamental em que se insere;

III - haja prévia publicação, pelo respectivo Poder, de normas a serem observadas na concessão do benefício que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação, classificação e seleção dos beneficiários;

IV - definam-se mecanismos de garantia de transparência e publicidade na execução das ações governamentais legitimadoras do benefício.

§ 1º - É vedada a destinação de recursos de que trata o caput deste artigo a pessoa física que seja cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de dirigente do órgão ou entidade concedente do benefício.

§ 2º - A execução da despesa de que trata esta Seção deverá ser feita com o uso das classificações 3.3.90.18 para auxílio financeiro a estudantes ou 3.3.90.48 quando se tratar de outros auxílios financeiros a pessoas físicas, e discriminadas no subelemento que retrate fielmente o objetivo do benefício.

#### **CAPÍTULO VI**

#### **DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS**

Art. 42 – O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 43 – A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual, em seus créditos adicionais e na respectiva execução, observadas as demais diretrizes desta Lei e, tendo em vista propiciar o controle de custos, o acompanhamento e a avaliação dos resultados das ações de Governo, será feita:

I - por programa e ação orçamentária, com a identificação da classificação orçamentária da despesa pública;

II - diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução da ação orçamentária correspondente, excetuadas aquelas cujas dotações se enquadrem no parágrafo único deste artigo.

§ 1º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal,





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

Art. 44 - A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão ou criação de novas despesas e a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

#### **CAPÍTULO VII**

#### **DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

Art. 45 - Em caso de necessidade, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projeto de Lei dispondo sobre alterações na área da administração tributária municipal, com destaque para:

- I - adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações das normas estaduais e federais;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação tributária municipal sobre Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, remissões ou compensações, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- IV - adaptação e ajustamento da legislação tributária municipal;
- V - revisão da planta genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização de mercado imobiliário;
- VI - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua exatidão;
- VII - revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN;
- VIII - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de direitos reais sobre imóveis;
- IX - incentivo a setores emergentes do sistema econômico, com prioridade às micro e pequenas empresas;
- X - prioridades na execução das Leis Municipais que disponham sobre incentivos e benefícios fiscais para a geração de empregos;
- XI - estabelecimento de critérios de compensação de renúncia, caso o município conceda incentivos ou benefícios de natureza tributária;
- XII - instituição e regulamentação de todos os tributos de competência do Município;
- XIII - modernização dos procedimentos de administração tributária, financiado com recursos de terceiros





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

§ 1º Considerando o disposto no artigo 11 da Lei Complementar Federal n.º 101 de 2000, deverão ser adotadas medidas necessárias à instituição, previsão e efetiva arrecadação de tributos de competência constitucional do Município;

§ 2º Os recursos decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação aplicável, em especial o que dispõe o título V, da Lei Federal n.º 4.320/64;

§ 3º A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas nos termos deste artigo, até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício de 2022.

§4º - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária que importem em renúncia de receita, além de atender ao interesse público, deverá:

I - estar acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes;

II - atender a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

III - atender a pelo menos uma das seguintes condições:

a) demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO;

b) estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício financeiro em que deva iniciar sua vigência de renúncia e nos dois subsequentes, por meio de aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 46 - A arrecadação decorrente das receitas municipais deverão possibilitar a prestação de serviços de qualidade e investimentos, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento econômico.

Art. 47 - O Poder Executivo deverá considerar para a estimativa da receita orçamentária as medidas adequadas à expansão da arrecadação tributária municipal.

Parágrafo único - A mensagem que encaminhar o projeto de lei de alteração da legislação tributária deverá discriminar e estimar os recursos incrementados, decorrentes da alteração proposta.

#### **CAPÍTULO VIII**

#### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 48 - A política de pessoal do Poder Executivo Municipal poderá ser objeto de negociação com as entidades sindicais e associações representativas dos servidores, empregados públicos municipais, ativos e inativos, através de atos e instrumentos próprios.





## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

Art. 49 - As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão estimadas com base nas despesas executadas no mês de julho de 2021, projetadas para o exercício de 2022, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente em vigor, os limites previstos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único: Caso a despesa com pessoal exceda a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no inciso III do artigo 19 da LC nº 101/00, admitir-se-á a contratação de horas extras para atendimento a necessidade de serviços de saúde, educação e serviços urbanos, bem como às situações de estado de emergência.

Art. 50 - As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra, que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado, serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

§ 1º - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preencham simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

§ 2º - Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão-de-obra para execução de serviços de limpeza, manutenção, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividades-meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

Art. 51 - Para fins de atendimento ao disposto na Constituição Federal e na Constituição do Estado da Bahia, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem, o aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções, a alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, constantes de quadro específico da lei orçamentária, observadas as normas constitucionais e legais específicas.

Art. 52 - Serão previstas na lei orçamentária anual as despesas específicas para formação, treinamento, desenvolvimento e capacitação profissional dos recursos humanos, bem como as necessárias à realização de certames, provas e concursos, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção, acesso e outras formas





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

de mobilidade funcional previstas nas leis que tratam dos Planos de Cargos e Salários e dos Planos de Carreiras do Município.

#### **CAPÍTULO IX**

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E OPERAÇÃO DE CRÉDITO**

Art. 53 – A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com amortização e encargos da dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal nos termos dos contratos firmados.

Art. 54 – A administração da dívida pública municipal terá por prioridades a minimização dos custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Art. 55 - A Procuradoria Geral do Município encaminhará aos órgãos e entidades devedoras, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária para 2022, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n.º 30, discriminada por órgão da administração direta e por grupo de natureza de despesas, especificando no mínimo:

- I - número da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo de causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- VI - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
- VII - data do trânsito em julgado e;
- VIII - número da Vara ou Comarca de origem.

Parágrafo único - A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º art. 100 da Constituição Federal, e das parcelas resultantes do disposto no artigo 78 do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observará no exercício de 2022 inclusive em relação às causas trabalhistas, a variação do IGP-DI - Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 56 - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração Pública Municipal direta, submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas, as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 57- A lei orçamentária poderá conter autorização para realização de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar Federal nr. 101, 2000 e atendidas as exigências estabelecidas na resolução nº. 43, de 2001 do Senado Federal.





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

Art. 58 - As operações de crédito, interna e externa, reger-se-ão pelo que determinam as resoluções do Senado Federal e em conformidade com dispositivos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, pertinentes à matéria.

Art. 59 - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido aprovadas pela Câmara Municipal.

Parágrafo único. As operações de crédito que forem contratadas após a aprovação do projeto de lei orçamentária obrigam o Poder Executivo a encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei especificando as receitas e a programação das despesas.

#### **CAPÍTULO X**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 60 - A contabilidade para o exercício de 2022 deverá instituir instrumentos eficientes para elaboração das demonstrações consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público nos termos da Portaria STN nº 495, de 06 de junho de 2017 e em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição e suas atualizações.

Art. 61 - Os recursos recebidos em decorrência de ação ajuizada contra a União, objeto de precatórios, em virtude de insuficiência dos depósitos do FUNDEF, atual FUNDEB, referentes a exercícios anteriores, somente poderão ser aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino básico, em conformidade com o disposto nas Leis Federais nº 9.394/1996 e 11.494/2007, como também Resolução n.º 1.346/2016 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM-BA.

§ 1º Por se tratarem de diferenças relativas a diversos exercícios financeiros, a municipalidade dever realizar as despesas consoante plano de aplicação, podendo estas serem efetivadas em exercícios diversos daquele em que ocorrer a transferência financeira para os cofres municipais, respeitado o prazo limite de vigência do FUNDEB, 31/12/2022.

§ 2º Em decorrência da utilização vinculada à educação, não se admite, a qualquer título, a cessão dos créditos de precatório, nem sua utilização para o pagamento de honorários advocatícios, inclusive na hipótese dos contratos celebrados para propositura e acompanhamento da ação judicial visando obter os respectivos créditos, ressalvadas decisões judiciais em contrário, transitadas em julgado.

§ 3º As despesas decorrentes dos recursos tratados nesta Resolução não serão consideradas para fins do quanto disposto no art. 212 da Constituição Federal do Brasil.

§ 4º Qualquer outra destinação ou aplicação não prevista em lei para os recursos especificados no caput desse artigo, salvo por determinação judicial, transitada em julgado, deverá ser objeto de consignação pela Inspeção Regional de Controle Externo – IRCE no Relatório Mensal (RM) de fiscalização.





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

Art. 62 - O detalhamento das dotações orçamentárias por elemento de despesa, se dará, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, através da divulgação do Decreto de Aprovação do Quadro de Detalhamento de Despesas, após ser efetivado nos sistemas informatizados de planejamento e finanças.

Art. 63 – Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência, nos fins previstos no artigo 28 desta Lei, até 30 de setembro de 2022, o Poder Executivo disporá sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais devidamente autorizados.

Art. 64 - A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil, que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, deverá observar as regras estabelecidas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores, aplicando-se esta Lei no que couber.

Art. 65 - As propostas de modificação do Projeto da Lei Orçamentária Anual e dos créditos adicionais, inclusive suas solicitações, serão apresentadas:

I - na forma prevista e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária;

II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifique.

Parágrafo único - As emendas aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal, quando houver, constarão de anexo específico da Lei Orçamentária Anual.

Art. 66 – O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO na forma prevista no § 3º do art. 165 da CF/88 e art. 52 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – LRF.

Art. 67 – O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, em conformidade com o art. 54 da LRF.

Parágrafo Único - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Art. 68 - Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da Lei nº 8.666/93, alterações posteriores.





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

Art. 69 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único – A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 70 - Para cumprimento do disposto no art. 42, da Lei Complementar Federal nº 101/00, considera-se:

- I - contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou outro instrumento congênere;
- II - compromissadas, no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 71 - Em cumprimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com outras esferas de governo, com vistas:

- I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II – a possibilitar o assessoramento técnico ao desenvolvimento das atividades econômicas e culturais do Município;
- III – a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e/ou União;
- IV – a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos e entidade de outras esferas de governo;
- V – ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público com ou sem ônus para o município.

Art. 72 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até o término do período legislativo em curso, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, pelo seu Presidente, até que tal matéria seja apreciada.

Art. 73 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2022 não seja aprovado até 31 de dezembro de 2021 ou se retarde sua sanção por necessidade de veto total ou parcial, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, até a edição da respectiva Lei, na forma originalmente encaminhada à Câmara Municipal.

Art. 74. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, deverão ser adicionadas à reserva de contingência.

Art. 75. Para as despesas cujas fontes de custeio sejam provenientes de Operações de Crédito e Convênios para transferências de recursos, somente serão efetivadas





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

com a assinatura dos atos e o consequente ingresso do recurso do tesouro, incluindo a contrapartida referente à operação.

Art. 76 - Integram esta Lei:

I - Anexo I - Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;

II - Anexo II - Metas Fiscais, constituído por:

- a) Anexo II - A - Demonstrativo de Metas Fiscais e Memória de Cálculo;
- b) Anexo II - B - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Anexo II - C - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Anexo II - D - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Anexo II - E - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Anexo II - F - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial;
- g) Anexo II - G - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;
- h) Anexo II - H - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas;

III - Anexo III - Avaliação de Riscos Fiscais.

Art. 77. Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser vistos como indicativos, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para 2022 desde que a receita efetivamente realizada justifique as variações.

Art. 78 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2022.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ILHÉUS, EM 15 DE ABRIL DE 2021.**

  
**MÁRIO ALEXANDRE CORREA DE SOUSA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

**ANEXOS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022**





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

**SUMÁRIO**

**ANEXO I – PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**ANEXOII – METAS FISCAIS**

**ANEXO II. A DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

**ANEXO II. B AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR**

**ANEXO II. C ANEXO DE METAS ANAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**ANEXO II. D DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**ANEXO II. E ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVO**

**ANEXO II. F RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR**

**ANEXO II. G ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

**ANEXO II. H DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

**ANEXO III – RISCOS FISCAIS**





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

**ANEXO I**

**PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS

AVENIDA BRASIL, N.º 90  
BAIRRO DA CONQUISTA  
ILHEUS - BA  
CNPJ: 13672597000162

### METAS E PRIORIDADES - 2022

Código	Especificação
0905	AMORTIZACAO DA DÍVIDA
0908	CONTRIBUICAO AO PASEP
1001	AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
1002	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE CAMPOS E ESTADIO DE FUTEBOL
1003	CONSTR. REF. AMPL. E CONSERV. DE QUADRAS POLIESPORTIVAS
1004	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNID. ATEND. SOCIAL E DEM
1008	CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES
1011	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE E DEMAÍ
1012	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS HABITACIONAIS
1013	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO DE PREDIOS PÚBLICOS
1014	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS URBANAS
1015	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS
1016	REVITALIZAÇÃO DA ORLA SUL
1017	URBANIZAÇÃO DO QUARTEIRÃO JORGE AMADO
1018	PROGRAMA PPI FAVELAS - INFRA ESTRUTURA E CONST. DE HABITAÇÃO
1020	URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO INTEGRADO EM ÁREAS DEGRADAS
1021	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS
1024	IMPLANT. DE EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E FISC. ELETRÔNICA
1025	INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE ÔNIBUS
1027	CONSTRUÇÃO DE PONTES E CAIS
1029	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO
1030	DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS PARA EXPANSÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL
1034	AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA MARAMATA
1035	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA INFRAESTRUTURA
1041	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE INICIAÇÃO AOS ESPORTES
1042	REQUALIFICAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL DE ILHÉUS
1129	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS/GINÁSIO ESCOLARES
1132	IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS
1136	DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO
1138	CONSTRUCAO/REFORMA DO CREAS
1140	REQUALIFICAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS
2001	ADM. DA CÂMARA E ASSESSORIAS
2002	GESTÃO DOS GABINETES INDIVIDUAIS DOS VEREADORES
2003	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS
2004	GESTÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO
2005	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES
2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPORTE
2007	GESTÃO DAS AÇÕES DA PROCURADORIA
2008	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2009	GESTÃO DA CONTROLADORIA MUNICIPAL
2010	GESTÃO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
2011	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ORDEM PÚBLICA
2012	MANUTENCAO, CONSERV./REFORMA DE PREDIOS PUBLICOS
2013	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
2014	PROVENTOS INATIVOS E PENSIONISTAS
2015	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE SALVA VIDAS
2016	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CMDCA
2017	GESTÃO DAS AÇÕES REGIONAIS
2018	GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL

Memo





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS

AVENIDA BRASIL, N.º 90  
BAIRRO DA CONQUISTA  
ILHEUS - BA  
CNPJ: 13672597000162

### METAS E PRIORIDADES - 2022

Código	Especificação
2019	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CORREGEDORIA MUNICIPAL
2020	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MOVEL AS URGENCIAS - SAMU/MAC
2021	APOIO A IMPLEMENTAÇÃO A REDE CEGONHA - MAC
2022	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA
2023	GESTÃO DA ATENÇÃO A SAUDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS DO MAC
2024	GESTÃO DO SUS - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAUDE
2025	GESTÃO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
2026	COMUNICAÇÃO SOCIAL
2027	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL (MAIS EDUCAÇÃO)
2028	IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE
2029	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
2030	GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 40% - ENSINO FUNDAMENTAL
2031	GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
2032	GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 60% - ENSINO FUNDAMENTAL
2033	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
2034	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
2035	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
2036	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SAÚDE NA ESCOLA
2037	MANUTENÇÃO/REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE
2038	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR
2039	GESTÃO DAS AÇÕES DA VIGILANCIA EM SAUDE - EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILANCIA SANITARIA
2040	TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD
2041	GESTÃO DA CASA DOS CONSELHOS - FUNDEB E CAE
2042	GESTAO DAS ACOES DO NTM
2043	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE
2044	GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF
2045	ADM. E MANUT. DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
2046	PROMOÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS
2047	ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS
2048	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA
2049	GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS - PACS
2050	GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL - SB
2051	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO
2053	GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
2054	GESTÃO DO NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA - NASF
2055	GESTÃO DAS AÇÕES DA VIGILANCIA EM SAUDE - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES
2056	GESTÃO PROGRAMA DE SAUDE NA ESCOLA - PSE
2057	GESTAO DAS ACOES E PROJETOS ESTRATEGICOS
2058	FAEC - NEFROLOGIA - MAC
2059	PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, CULTURAIS E SÓCIO-AMBIENTAIS
2060	GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO MARAMATA
2061	GESTÃO DA SECRETARIA INFRAESTRUTURA E DEFESA CIVIL
2062	GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS
2063	CONSERVAÇÃO DE PARQUES E JARDINS
2064	GESTÃO DA LIMPEZA PÚBLICA

*Mamo*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS

AVENIDA BRASIL, N.º 90  
BAIRRO DA CONQUISTA  
ILHEUS - BA  
CNPJ: 13672597000162

### METAS E PRIORIDADES - 2022

Código	Especificação
2065	GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
2066	GESTÃO DA GERENCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
2068	GESTÃO DO CONSORCIO PÚBLICO
2069	CONSERVACAO E MANUTENCAO DE CEMITERIOS
2070	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA AUTO
2074	INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL
2075	ADMINISTRAÇÃO DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO E FEIRAS
2076	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBI
2077	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DO CARNAVAL
2078	INCENTIVO A EVENTOS POPULARES
2079	PROMOÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES, SEMINÁRIOS E CURSOS PROFISSI
2080	GESTÃO DAS AÇÕES DA VIGILANCIA EM SAUDE - INCENTIVO FINANCEIRO PARA DESPESAS DIVERSAS
2081	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES
2082	INCENTIVOS A EVENTOS ESPORTIVOS E AO ESPORTE AMADOR
2083	GESTAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
2084	PROM. DAS ATIV. E POTENCIALIDADE TURÍSTICAS
2085	FORTELEC. DE APICULTURA, PSICULTURA E AGRICULTURA
2086	GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - F
2087	GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
2088	GESTÃO ADM. DAS AÇÕES DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SE
2089	GESTÃO DAS AÇÕES DO BL. DE GESTÃO DO SUAS - IGD SUAS
2090	CONSELHO TUTELAR
2091	MANUT. DAS AÇÕES EM ATENDIMENTO AS CRIANÇAS, IDOSOS E ADOLEC
2092	GESTÃO DAS AÇÕES DO BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PSB(PAIF CR
2093	GESTÃO DAS AÇÕES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-PSE(PA
2094	GESTÃO DAS AÇÕES DO BL. DA GESTÃO DO PROG. BOLSA FAMÍLIA E D
2095	MANUT. DE OUTRAS AÇÕES DE PROTEÇÃO/PROMOÇÃO SOCIAL
2096	GESTAO DAS ACOES DO PROEJA
2097	GESTÃO DAS AÇÕES DOS DEMAIS PROGRAMA DO SUS
2098	ELAB. DO PLAN. MUN. DE SAN. BÁSICO E PLAN. MUNIC. RESID. SÓL
2099	GESTÃO DAS AÇÕES DA VIGILANCIA EM SAUDE - ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AGENTES DE COMBATE AS EDEMIAS
2100	MANUTENCAO DE PRACAS, JARDINS E LOGRADOURO PUBLICOS
2101	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
2146	COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERV. DE MANUT. DAS
2161	PROMOÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS
2174	PROG. CONSULTAS MÉDICAS/OUTROS PROF. DE NIVEL SUPERIOR
2183	GESTÃO DE RECURSOS DO CENTRO DE ZOONOSSES
2264	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
2269	MANUTENÇÃO DE GESTÃO DE APOIO E FORTALECIMENTO AGRIC. FAMILI
2270	PROMOÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS
2271	PSICULTURA E PESCA
2272	APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DA AGRIC. FAMILIAR
2273	GESTÃO DAS AÇÕES DA DEFESA CIVIL
2274	PROJETO ALEGRIA NO MORRO
2275	INCENTIVOS AO SETOR DE ECONOMIA CRIATIVA
2276	ALELUIA ILHÉUS FESTIVAL





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS

AVENIDA BRASIL, N.º 90  
BAIRRO DA CONQUISTA  
ILHEUS - BA  
CNPJ: 13672597000162

METAS E PRIORIDADES - 2022

Código	Especificação
2277	GESTÃO DOS SERVIÇOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
2279	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS
2280	BENEFÍCIOS EVENTUAIS
2281	GESTÃO DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS - BPC NA ESCOLA/AÇÕES ESTRATÉ
2283	GESTÃO DO CRIE
2284	PROG. DE SUSTENT. E EMPREENDEDORISMO P/ EDUCAÇÃO NO CAMPO
2285	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
2286	PROG. DE IMPLM. E IMPLANT. DE ATIV. CULT., MUSICAIS E ARTÍS
2287	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA
2288	ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS AMADORES EM EVENTOS ESPORTIVOS
2292	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
2293	GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 40% - ENSINO INFANTIL
2294	GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 60% - ENSINO INFANTIL
2295	GESTÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO - SAÚDE
2296	MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE
2297	GESTÃO DAS AÇÕES DO PRECATÓRIO FUNDEF
2298	GESTÃO DO CONSORCIO PÚBLICO
2310	GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS AÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE TRANS
2312	MANUTENÇÃO DE ENGENHARIA
2313	GESTÃO DO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
2314	GESTÃO DA EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO
2317	GESTÃO DA SUPERINT. DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
2318	EXECUÇÃO DO PROJETO EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO
2319	MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO
2320	MANUTENÇÃO DOS SEMÁFOROS
2321	MOBILIDADE URBANA
2322	MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA MUNICIPAL ILHÉUS 500 ANOS
2323	APOIO AS ATIVIDADES DO MUSEU DA CAPITANIA DE ILHÉUS E DA PIE
2324	REQUALIFICAÇÃO/REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍST
2325	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA ? COVID 19
2327	REALIZAÇÃO DE CONFRESSO, EVENTOS, SEMINÁRIOS E FESTIVIDADES
2328	ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO
2329	PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL ILHÉUS 500 ANOS
3009	CONSTRUÇÃO DE 300 GAVETAS NO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA DO P
3012	AQUISIÇÃO DE 01 DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR PARA O POSTO DE SAÚDE DO DISTRITO DE BANCO CENTRAL
3013	AQUISIÇÃO DE 01 DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR PARA A UNIDADE DE
3035	INSTALAÇÃO DE CORRIMÃO EM ESCADARIAS NO BAIRRO DA CONQUISTA
3036	AQUISIÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PARA UBS E
3037	AMPLIAÇÃO E REFORMA PARA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ASSEMBLEIA D
3038	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, ÁREA DE LAZER E CONVIVÊNCIA NA RUA NOSS
3054	CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADOS E IMPLANTAÇÃO DE GRAMAS NO CAMPO DO RODÃO, NO BAIRRO TEOTÔNIO VILELA
3062	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO BAIRRO DO IGUAPE





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS

AVENIDA BRASIL, N.º 90  
BAIRRO DA CONQUISTA  
ILHEUS - BA  
CNPJ: 13672597000162

### METAS E PRIORIDADES - 2022

Código	Especificação
3189	ADEQUAÇÃO DO POSTO MÉDICO DO DISTRITO DE ARITAGUÁ
3190	CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO DISTRITO DE CASTEL
3191	ADEQUAÇÃO DO POSTO MÉDICO DO DISTRITO DE BANCO DO PEDRO
3192	DRENAGEM NA RUA GUANABARA, BARRA DE ITAÍPE
3193	PAVIMENTAÇÃO DA LOCALIDADE DENOMINADA ALTO DA CASCALHEIRA
3194	ALARGAMENTO, DRENAGEM LATERAL E CASCALHAMENTO, DO ALTO DA CA
3195	CONSTRUÇÃO DE ESCADARIA E GUARDA CORPO, RUA H, QD. I, NO ALT
3196	AQUISIÇÃO DE 01 DESFIBRILADOR CARDIOVERSOR PARA O POSTO DE S
3197	AMPLIAÇÃO DO MIRANTE DA PIQUEIRA LOCALIZADO NO ALTO DA AV. B
3198	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA BELA VISTA NO ALTO DO MAMBAPE,
3199	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E A REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DA AV. B
3200	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA SEGUNDA TRAV. DA AV. LUIZ GAMA, NO
3201	IMPLANTAÇÃO DE REFLETORES E COBERTURA DA QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL DO IGUAPE
3202	CONSTRUÇÃO DE UM POSTO MÉDICO DE MÉDIO PORTE NA COMUNIDADE D
3203	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DO DISTRITO DA TIBINA
3204	REFORMA E MANUTENÇÃO DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE DO DISTRITO
3205	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLI ESPORTIVA NO DISTRITO DE VILA OLIMPIO
3206	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO SÉRGIO CARNEIRO DO DISTRITO DE OLIVENÇA
3207	REFORMA E MANUTENÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA AV. LITORÂNEA NORTE - MALHADO
3208	REFORMA DO POSTO DE SAÚDE NO DISTRITO DE RIBEIRA DAS PEDRAS
3209	PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDOS NA RUA BEIRA RIO, NO DISTRI
3210	DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PASSARELA
3211	AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA BANDA DA ESCOLA MUN. THEMISTOCLES ANDRADE
3212	INSTALAÇÃO DE UM BICICLETÁRIO NO CENTRO DE ILHÉUS
3213	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA OITO DE DEZEMBRO
3214	PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, URBANIZAÇÃO E SISTEMA DE DRENAGEM PLUV
3215	INSTALAÇÃO DE CENTRO ODONTOLÓGICO NO PSF LOCALIZADO NA CONQU
3216	REFORMA DO POSTO DE SAÚDE NO CENTRO SOCIAL URBANO
3217	ILUMINAÇÃO NA BR 251, CONDOMÍNIO SOL E MAR
3218	REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS NO ALTO NERIVAL
3219	REVITALIZAÇÃO DO RIO CACHOEIRA
3220	INSTALAÇÃO DE CENTRO CIRÚRGICO NO CENTRO DE CONTROLE DE ZOON
3221	REFORMA DO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DE ILHÉUS
3222	CALÇAMENTO DA AV. GOVERNADOR PAULO SOUTO, BAIRRO TEOTÔNIO VI
3223	URBANIZAÇÃO E SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL, TRAVESSA DO OURO,
3224	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E A REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS

AVENIDA BRASIL, N.º 90  
BAIRRO DA CONQUISTA  
ILHEUS - BA  
CNPJ: 13672597000162

### METAS E PRIORIDADES - 2022

Código	Especificação
3225	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE PSF DO BAI
3226	PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E DRENAGEM NA LOCALIDADE RUA SÃO
3227	PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, URBANIZAÇÃO E SISTEMA DE DRENAGEM PLUV
3228	REFORMA E ATIVAÇÃO DOS SERVIÇOS DO POSTO DE SAÚDE NO LOTEAME
3229	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO TRECHO DO CONDOMÍNIO SOL E MAR ATÉ
3230	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA CASTRO ALVES, BAIRRO DO PONTAL
3231	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO, URBANIZAÇÃO E SISTEMA DE DRE
3232	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR DA COMUNIDADE DA ADERNO
3233	REQUALIFICAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE DE ARITAGUÁ
3234	REQUALIFICAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE LOCALIZADO NO BAIRRO DO IGU
3235	REQUALIFICAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE DE RIBEIRA DA
3236	RECUPERAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA MARIA LUÍZA, BAIRRO IG
3237	RECUPERAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA OVÍDIO LEAL, BAIRRO IG
3238	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLAR DA COMUNIDADE DA TIBINA
3239	REQUALIFICAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE NO DISTRITO DE CASTELO NOVO
3240	REFORMA DA ESCADARIA DO ALTO DA SANTA INÊS, AV. PRINCESA ISA
3241	REFORMA DA ESCADARIA DO ALTO DA JAMAICA, BAIRRO CONQUISTA
3242	AQUISIÇÃO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PARA UBS D
3243	REFORMA DO POSTO DE SAÚDE DO DISTRITO DE SÃO JOSE
3244	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA OS DISTRITOS DE RIBEIRA DAS PED
3245	REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL E INSTALAÇÃO DE ALAMBRADO E ILUMINAÇÃO NA RUA DO CAMPO, BAIRRO SALOBRINHO
3246	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UBS NA RUA DOM EDUARDO, BAIRRO SALOBR
4001	APOIO A ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE ILHÉUS
4005	APOIO A CAMINHADA ANUAL DOS POVOS DE TERREIROS E ORIGINARIOS
4006	APOIO A ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS COM DOENÇA FÍSICA DE ILHÉUS
4007	APOIO A ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME DE ILHÉU
4008	APOIO A ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE ASSEMBLEIA DE DEUS - ABADI
4009	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DA ASSOCI
4012	APOIO AO GRUPO LESBOS
4021	APOIO A CONFERÊNCIA MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCEN
4022	APOIO AO PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA A PEDOFILIA
4023	APOIO AO EVENTO DESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS VETERANOS DA AV. ITABUNA
4024	APOIO AO EVENTO DESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO SANTARÉM - ADS
4025	APOIO A EVENTOS DE QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO
4026	APOIO A ASSOCIAÇÃO DO PLANETA DOS BICHOS
4027	APOIO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO TEOTÔNIO VILELA
4028	APOIO A ASSOCIAÇÃO COOLIMPA
4029	APOIO A ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUN. DAS MULHERES





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHEUS

AVENIDA BRASIL, N.º 90  
BAIRRO DA CONQUISTA  
ILHEUS - BA  
CNPJ: 13672597000162

### METAS E PRIORIDADES - 2022

Código	Especificação
4030	REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DA JUVENTUDE
4031	APOIO A LIGA DESPORTIVA DE ILHÉUS
4032	APOIO AO ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO DE ILHÉUS
4033	APOIO AO INSTITUTO DE AÇÃO SOLIDÁRIA PEDRO FARIA - IASPEF
4034	APOIO AO TEATRO POPULAR DE ILHÉUS
4035	APOIO A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO EM FAVOR DA BOA VISTA
4036	APOIO A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO EM FAVOR DO AERoclube
4037	APOIO A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO EM FAVOR DO CENTRO DE
4038	APOIO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO TEOTÔNIO VILELA
4039	APOIO A ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE ILHÉUS
9999	RESERVA DE CONTIGÊNCIA





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

**ANEXO II**

**METAS ANUAIS**





# **ESTADO DA BAHIA**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

### **ANEXO II. A**

### **METAS FISCAIS**

### **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022**

**(Art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio 2000)<sup>1</sup>**

### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA**

#### **ANÁLISE PRELIMINAR<sup>2</sup>**

A expectativa para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021 subiu de 3,82% para 3,87%. Foi a sétima alta semanal consecutiva. Para 2022, a projeção aumentou de 3,49% para 3,50%, após ser mantida por 81 semanas seguidas.

As expectativas estão no Relatório Focus, que é divulgado toda segunda-feira pelo Banco Central e traz as projeções do mercado para os principais indicadores econômicos do país.

A meta de inflação a ser perseguida pelo Banco Central é de 3,75% em 2021 e 3,50% em 2022, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

#### **IMPACTO DO NOVO CORONAVÍRUS**

A pandemia da Covid-19 afetou profundamente a trajetória esperada para a economia brasileira ao longo de 2021 e de 2022. Persiste um elevado grau de incerteza quanto ao ritmo de disseminação do SARS-Cov-2 no país e à magnitude e extensão das medidas de isolamento social requeridas para atenuar seus impactos adversos na população, mas não há dúvida de que o PIB brasileiro sofrerá uma forte queda este ano.

<sup>1</sup> demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

<sup>2</sup> Fonte: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/03/26/por-impacto-do-coronavirus-bc-reduz-projecoes-de-inflacao-de-2022-a-2022.ghtml>





## ESTADO DA BAHIA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

Neste texto, a Dimac/Ipea apresenta uma revisão das previsões de crescimento econômico para 2021 e 2022. Para 2022, cujo crescimento projetado é de 3,6%. É importante destacar que essas projeções estão sujeitas a grande incerteza, tanto no que se refere à estimativa do impacto da pandemia sobre a atividade econômica corrente, como no que tange às hipóteses subjacentes ao ritmo esperado de recuperação no restante do ano. O cenário econômico continuará sendo avaliado, e as previsões poderão ser revistas à luz de novas informações.

#### 1. INTRODUÇÃO

Considerando que para o planejamento governamental o dimensionamento da disponibilidade de recursos com que se poderá contar para o desenvolvimento das ações é condição necessária para o sucesso da aplicação de recursos, a projeção das receitas é fundamental para determinar as despesas, as quais serão a base para a fixação na Lei Orçamentária Anual do limite de gastos nos programas e ações.

A previsão de receitas é um procedimento por meio do qual estimamos para o exercício em curso e para os exercícios seguintes, a arrecadação de uma determinada natureza de receita. Essa previsão é realizada por um modelo de projeção que, na realidade é uma fórmula matemática com um encadeamento lógico de execução para retratar ou simular o comportamento de determinada arrecadação. Os modelos de projeção de receitas utilizam basicamente parâmetros de efeito preço, quantidade, série histórica e informações sobre alteração na legislação pertinente.

Buscando demonstrar a metodologia utilizada para elaboração da Previsão de Receitas para o exercício de 2022, a qual servirá de parâmetro para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, apresentamos as seguintes considerações:





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

#### **2. QUANTO A METODOLOGIA DA RECEITA:**

A metodologia utilizada na projeção de receitas orçamentárias foi baseada no modelo incremental de projeção utilizando a série histórica de arrecadação.

Este modelo, além de facilitar a compreensão, passo a passo, dos cálculos inerentes às previsões de receita e da simplicidade de utilização, busca traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos anos e que para os anos seguintes.

No modelo incremental de projeção pela série histórica de arrecadação obtêm-se a previsão através da soma da arrecadação mensal, ao longo dos últimos 12 (doze) meses anteriores (base de cálculo), corrigida por parâmetros de atualização de valores, baseada na seguinte lógica: considera como base a arrecadação do período anterior, onde se aplica o Crescimento do PIB-BA (índice de crescimento ou decrescimento real do setor da economia), a Inflação projetada para o período (índice de correção da receita por elevação ou queda de preços), percentual referente as Transferências Constitucionais e por fim o Esforço de arrecadação municipal, conceituando-se a seguir:

##### **a) EFEITO PIB-BA:**

Para as receitas que sofrem influência do PIB, admitiu-se uma elasticidade unitária, de forma que as mesmas capturaram toda variação do PIB. As estimativas foram elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI, que levou em conta o cenário que a economia do Município desenha nesse momento enquanto que, para o PIB Brasil, utilizou-se as estimativas contidas no Projeto de LDO/2021 da União.

##### **b) EFEITO EXPECTATIVA DE INFLAÇÃO:**

Como expectativa inflacionária para o período 2022 - 2024, adotou-se a variação na média esperada do Índice de Preço para o Consumidor Amplo (IPCA), projetado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

**c) TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS:**

Dessas transferências, as principais são: FPM, FUNDEB, ICMS, IPVA e ROYALTIES, onde traçaremos um cenário de prudência, visto que a União, ao longo dos meses, vem sucessivamente reestimando seus percentuais macroeconômicos, onde estes influenciam diretamente nos municípios.

**d) ESFORÇO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL**

As receitas provenientes de arrecadação própria - Receitas Tributárias (IPTU – ISS - IRRF), que são de competência municipal, vem apresentando pequeno crescimento no decorrer do triênio (2018 à 2020). Devido este quadro evolutivo a administração tributária buscará melhor desempenho para os próximos exercícios.

No preenchimento dos quadros fiscais foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas macroeconômicas:

VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PROJETADAS			
	2022	2023	2024
Crescimento real do PIB – BA (%)	0,50	0,60	0,80
Inflação IPCA (%)	3,50	3,60	3,70
Transferências Constitucionais (%)	1,00	1,00	1,00
Esforço de Arrecadação Municipal (%)	1,00	1,00	1,00

A seguir, são apresentadas as projeções para as categorias mais significativas da receita municipal para o exercício que se refere a LDO e para os dois seguintes:

1) IPTU - A estimativa de arrecadação do IPTU para o exercício 2020, leva em conta a realização de campanhas, o cadastramento de imóveis, sobretudo aqueles que não constam no cadastro municipal e a correção da planta de valores pela inflação acumulada do período.

*Mano*





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

- 2) ISSQN - A estimativa de arrecadação do ISSQN acompanha dentre outros fatores, o aquecimento econômico, geração de renda e a retomada de investimentos em nossa cidade. Outro aspecto relevante é a ação fiscal reestruturada para uma atuação mais efetiva na fiscalização.
- 3) ITBI - Foi considerado na estimativa do cálculo, o trabalho de incentivo à regularização de imóveis, junto aos Cartórios de Registro.
- 4) COSIP - A Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública dos Municípios – COSIP foi estimada com base nos últimos três anos, levando em consideração a projeção da inflação e do crescimento do PIB.
- 5) ICMS – Para o ICMS são adotadas ações tais como: análise de todas as declarações dos contribuintes do ICMS para detecção de erros nas declarações, Correção de declaração com erros de lançamento, Correção de declarações recusadas por inconsistência de dados e contato com todos os contribuintes omissos. O valor foi estimado considerando também a inflação.
- 6) FPM - O FPM depende das arrecadações de IPI e IR.
- 7) IPVA - considerou na estimativa além da inflação do período o aumento da frota de veículos na cidade, após a isenção do IPI no setor automobilístico e como a frota do município sofreu um pequeno aumento, ao longo dos anos.
- 8) FUNDEB - O FUNDEB segue a tendência das demais receitas, uma vez que é formado por uma parte de todas elas, reflete o crescimento de toda a economia nacional, bem como repassada por aluno cadastrado na rede pública.
- 9) DÍVIDA ATIVA - Para DÍVIDA ATIVA as ações foram distribuídas em dois eixos: a primeira passando pela educação fiscal e conscientização do papel do contribuinte, a segunda que oferece condições para o contribuinte se regularizar, quais são destacadas: possibilidades de parcelamentos, de descontos especiais em juros e multa, publicidade das ações e alertas dos débitos e a conciliação judicial.

### **3. FORMAÇÃO DO BANCO DE DADOS DOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS**

Para aplicação da metodologia é elaborado banco de dados contendo as informações históricas dos últimos três exercícios de todas as receitas arrecadadas pela entidade, devidamente classificadas por rubricas conforme demonstrativos contábeis relativos às prestações de contas dos respectivos exercícios.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

**4. CONCLUSÃO**

Salientamos que as receitas a serem previstas no Projeto de Lei Orçamentária de 2022 alteram e atualizam, automaticamente, o Plano Plurianual 2022-2025.

Ressalta-se que ao final de cada exercício, apurando mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter uma política fiscal responsável. O equilíbrio das contas públicas constitui um instrumento fundamental para a consecução das prioridades sociais do governo e para garantir o crescimento econômico.

De todo modo, por ocasião da elaboração do Projeto da Lei Orçamentária 2022, poderá ocorrer variações de ajustes nos valores constantes dos anexos de metas fiscais apresentados.





# ESTADO DA BAHIA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS

### ANEXO DE RISCOS FISCAIS

#### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

##### Demonstrativo de Riscos Fiscais

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000)<sup>3</sup>

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da federação assumissem o compromisso com a implementação de um orçamento equilibrado. Este compromisso inicia-se com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando são definidas as metas fiscais, a previsão de gastos compatíveis com as receitas esperadas e identificados os principais riscos sobre as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

Os riscos fiscais podem ser classificados em duas categorias: orçamentários e de dívida.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

No caso da receita, pode-se mencionar, como exemplo, a frustração de parte da arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente em função de desvios entre os parâmetros estimados e efetivos.

As variáveis que influem diretamente no montante de recursos arrecadados pelo município são as Receitas Tributárias e os recursos oriundos de Transferências de convênios da União e do Estado. Neste sentido, constituem riscos orçamentários os desvios entre as projeções destas variáveis utilizadas para a elaboração do orçamento e os seus valores efetivamente verificados durante a execução orçamentária, assim como os coeficientes que relacionam os parâmetros aos valores estimados.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo município podem apresentar desvios em relação às projeções utilizadas para a elaboração do orçamento, tanto em função do nível de atividade econômica, quanto em função de fatores ligados a obrigações constitucionais e legais. Outra despesa importante são os gastos com pessoal e

<sup>3</sup> Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 3º:

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

*Mamo*





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

encargos que são basicamente determinadas por decisões associadas à folha de pessoal e aumentos salariais.

Os riscos de dívida são oriundos de dois tipos diferentes de eventos. O primeiro diz respeito à administração da dívida, ou seja, riscos decorrentes da variação das taxa de juro. Este impacto pode ocorrer tanto no serviço da dívida, pois os valores da dívida em alguns casos são gerados em função do repasse do governo, ou seja, se faz uma estimativa de quanto se vai pagar no mês e aplica na projeção orçamentária para o exercício em curso. Já o segundo tipo refere-se aos passivos contingentes do Município, isto é dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados dos julgamentos de processos judiciais que envolvem o Município. Os riscos de dívida são especialmente relevantes porque afetam a relação dívida/arrecadação, considerada o indicador mais importante de solvência do setor público.

É, também, o caso das ações trabalhistas, que existem de fato, referentes a administrações anteriores, sendo difícil, quase impossível mesmo, quantificar essas ações, portanto, o risco fiscal decorrente de eventual condenação da municipalidade. Ademais, convém recordar que a sistemática de cobrança judicial por meio de precatórios, conforme art. 10 da LRF afasta a possibilidade de ocorrência de dívida imprecisa, que caracteriza os Riscos Fiscais, uma vez que o pagamento dos precatórios está previsto, de modo explícito, na Lei Orçamentária.

Em síntese, quanto aos riscos que podem advir dos passivos contingentes (precatórios), é importante também ressaltar a característica de imprevisibilidade quanto ao resultado da ação, havendo sempre a possibilidade do Município ser o vencedor e não ocorrer impacto fiscal. Há que se considerar ainda, que também é imprevisível quando serão finalizadas, uma vez que tais ações levam em geral, um longo período para chegar ao resultado final, devido aos recursos a que o Município impetra por direito. E mesmo na ocorrência de decisão desfavorável ao Município, em algum dos passivos contingentes elencados como risco, o impacto fiscal dependerá da forma de pagamento que for efetuada, devendo sempre ser liquidadas dentro da realidade orçamentária e financeira do Município.

Neste sentido, conforme já mencionado a existência dos passivos contingentes listados anteriormente não implica ou infere probabilidade de ocorrência, em especial aqueles que envolvem disputas judiciais. Ao contrário, o Município vem despendendo um grande esforço no sentido de defender a legalidade de seus atos. Além disso, caso o Município perca algum desses julgamentos, a política fiscal será acionada visando neutralizar eventuais perdas, de forma a garantir a solvência do setor público.





## **ESTADO DA BAHIA**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

No caso dos riscos orçamentários, se ocorrerem durante a execução do orçamento de 2022, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9º, prevê a reavaliação bimestral das receitas de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira com as metas fiscais fixadas na LDO. A reavaliação bimestral - juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuada a cada quadrimestre - permite que eventuais desvios, tanto de receita quanto de despesa, sejam corrigidos ao longo do ano, sendo os riscos orçamentários que se materializarem compensados com realocação ou redução de despesas.

Nos casos de ocorrência de algum dos riscos relativos à administração da dívida, é importante ressaltar que o impacto da variação das taxas de juro em relação às projeções, é pequena, visto que em alguns casos a taxa de juros é pré-definida na negociação. Neste sentido, o impacto fiscal destas operações é solucionado dentro da própria estratégia de administração da dívida pública.

Em suma, as metas fixadas confirmam o comprometimento do Governo Municipal com a responsabilidade fiscal, contribuindo para a estabilidade das contas públicas, adequando à crise mundial e propiciando a criação das condições necessárias para o crescimento sustentado com inclusão social.



MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
2022  
ANEXO II. A

LRF, art. 4º § 1º

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIBx100)	% RCL (a/RCLx100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIBx100)	% RCL (b/RCLx100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIBx100)	% RCL (c/RCLx100)
Receita Total	520,000,000	251,483,488	0.516	1,098.07	552,240,000	249,395,263	0.548	1,104.48	588,135,600	244,641,528	0.584	1,176.27
Receitas Primárias (I)	516,065,280	251,596,998	0.512	1,089.76	548,061,327	249,782,363	0.544	1,096.12	583,685,314	245,369,855	0.580	1,167.37
Receitas Primárias Correntes	523,826,405	251,343,611	0.520	1,106.15	556,303,642	248,985,558	0.552	1,112.61	592,463,379	243,895,525	0.588	1,184.93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	112,124,680	99,640,307	0.111	236.77	119,076,410	104,995,985	0.118	238.15	126,816,377	110,846,006	0.126	253.63
Contribuições	8,480,000	8,408,590	0.008	17.91	9,005,760	8,925,221	0.009	18.01	9,591,134	9,499,785	0.010	19.18
Transferências Correntes	421,478,260	245,071,726	0.419	890.02	447,609,912	248,650,861	0.444	895.22	476,704,556	251,040,227	0.473	953.41
Demais Receitas Primárias Correntes	24,741,305	24,133,437	0.025	52.25	26,275,266	25,589,686	0.026	52.55	27,983,158	27,205,556	0.028	55.97
Receitas Primárias de Capital	17,033,295	16,745,183	0.017	35.97	18,089,359	17,764,413	0.018	36.18	19,265,167	18,896,606	0.019	38.53
Despesa Total	520,000,000	251,483,488	0.516	1,098.07	552,240,000	249,395,263	0.548	1,104.48	588,135,600	244,641,528	0.584	1,176.27
Despesas Primárias (II)	507,323,420	251,739,143	0.504	1,071.30	538,777,472	250,518,279	0.535	1,077.55	573,798,008	246,847,224	0.570	1,147.60
Despesas Primárias Correntes	426,358,980	245,843,214	0.423	900.33	452,793,237	249,199,613	0.450	905.59	482,224,797	251,303,819	0.479	964.45
Pessoal e Encargos Sociais	277,891,720	201,205,819	0.276	586.82	295,121,007	208,631,273	0.293	590.24	314,303,872	216,205,054	0.312	628.61
Outras Despesas Correntes	186,309,260	151,839,902	0.185	393.42	197,860,434	158,984,376	0.196	395.72	210,721,362	166,627,165	0.209	421.44
Despesas Primárias de Capital	37,555,320	36,154,742	0.037	79.30	39,883,750	38,304,117	0.040	79.77	42,476,194	40,684,534	0.042	84.95
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (III) = (I - II)	34,066,280	32,913,852	0.034	71.94	36,178,389	34,878,631	0.036	72.36	38,529,985	37,055,766	0.038	77.06
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Nominal	1,056,683	1,055,575	0.001	2.23	1,122,198	1,120,947	0.001	2.24	1,195,141	1,193,722	0.001	2.39
Dívida Pública Consolidada	486,857,551	251,478,325	0.483	1,028.08	456,672,383	249,575,383	0.453	913.34	426,988,678	245,939,303	0.424	853.98
Dívida Consolidada Líquida	435,507,117	247,161,801	0.432	919.65	408,505,676	242,791,180	0.406	817.01	381,952,807	237,081,052	0.379	763.91
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)												
Despesas Primárias geradas de PPP (V)												
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)												

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Ilhéus, em 15/04/2021

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2022	2023	2024
Crescimento real do PIB - BA (% a.a.)	0.50%	0.60%	0.80%
Inflação IPCA (% a.a. - 12 meses)	3.50%	3.60%	3.70%
Transferências Constitucionais (% a.a.)	1.00%	1.00%	1.00%
Esforço de Arrecadação Municipal	1.00%	1.00%	1.00%

LDO - Ilhéus 2022

Lei Complementar n.º 101 Art. 4º § 1º: Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas as receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguinte



MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
2022  
ANEXO II. B

LRF, art. 4º § 2º, inciso I

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2020 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	520,515,000.00	0.0019	1087.35%	419,855,232.11	0.0014	8.66%	(100,659,768)	(19.34)
Receitas Primárias (I)	516,198,000.00	0.0018	1078.33%	415,042,490.73	0.0014	8.76%	(101,155,509)	(19.60)
Despesa Total	520,515,000.00	0.0019	1087.35%	413,311,314.21	0.0014	8.79%	(107,203,686)	(20.60)
Despesas Primárias (II)	509,579,609.87	0.0018	1064.51%	409,128,789.37	0.0013	8.88%	(100,450,821)	(19.71)
Resultado Primário (III) = (I - II)	6,618,390.13	0.0000	13.83%	5,913,701.36	0.0000	614.52%	(704,689)	(10.65)
Resultado Nominal	996,871.14	0.0000	2.08%	996,871.14	0.0000	3645.52%	-	-
Dívida Pública Consolidada	459,299,576.20	0.0016	959.47%	459,299,576.20	0.0015	7.91%	-	-
Dívida Consolidada Líquida	463,305,444.08	0.0017	967.84%	463,305,444.08	0.0015	7.84%	-	-

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Ilhéus, em 15/04/2021

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para o Ano de 2019

Especificação	Valor R\$ Milhares
Previsão do PIB Estadual para 2020	280,000,000,000.00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2020	304,800,000,000.00

LDO - Ilhéus 2022

Lei Complementar n.º 101, Art. 4º § 2º inciso I: avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício anterior



MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

2022

ANEXO II. C

LRF, art. 4º § 2º, inciso II

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	502,558,000.00	520,515,000.00	1212.19%	514,457,000	2.37%	520,000,000	1.08%	552,240,000	6.20%	588,135,600	6.50%
Receitas Primárias (I)	498,484,000.00	516,198,000.00	1202.36%	510,745,000	2.46%	516,065,280	1.04%	548,061,327	6.20%	583,685,314	6.50%
Despesa Total	502,558,000.00	520,515,000.00	1245.88%	514,457,000	2.37%	520,000,000	1.08%	552,240,000	6.20%	588,135,600	6.50%
Despesas Primárias (II)	487,453,000.00	509,579,609.87	1224.40%	478,607,000	-1.81%	507,323,420	6.00%	538,777,472	6.20%	573,798,008	6.50%
Resultado Primário (I - II)	11,031,000.00	6,618,390.13	650.44%	32,138,000	0.00%	34,066,280	6.00%	36,178,389	0.00%	38,529,985	0.00%
Resultado Nominal	996,871.14	996,871.14	-127.55%	996,871	0.00%	1,056,683	0.00%	1,122,198	0.00%	1,195,141	0.00%
Dívida Pública Consolidada	459,299,576.20	459,299,576.20	2171.29%	459,299,576	0.00%	486,857,551	6.00%	456,672,383	-6.20%	426,988,678	-6.50%
Dívida Consolidada Líquida	463,305,444.08	463,305,444.08	2235.71%	463,305,444	0.00%	435,507,117	-6.00%	408,505,676	-6.20%	381,952,807	-6.50%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	502,558,000	520,515,000	1212.19%	514,457,000	2.37%	251,483,488	-51.12%	249,395,263	-0.83%	244,641,528	-1.91%
Receitas Primárias (I)	498,484,000	516,198,000	1202.36%	510,745,000	2.46%	251,596,998	-50.74%	249,782,363	-0.72%	245,369,855	-1.77%
Despesa Total	502,558,000	520,515,000	1245.88%	514,457,000	2.37%	251,483,488	-51.12%	249,395,263	-0.83%	244,641,528	-1.91%
Despesas Primárias (II)	487,453,000	509,579,610	1224.40%	478,607,000	-1.81%	251,739,143	-47.40%	250,518,279	-0.48%	246,847,224	-1.47%
Resultado Primário (I - II)	11,031,000	6,618,390	650.44%	32,138,000	0.00%	32,913,852	2.41%	34,878,631	0.00%	37,055,766	0.00%
Resultado Nominal	996,871	996,871	-127.55%	996,871	0.00%	1,055,575	0.00%	1,120,947	0.00%	1,193,722	0.00%
Dívida Pública Consolidada	459,299,576	459,299,576	2171.29%	459,299,576	0.00%	251,478,325	-45.25%	249,575,383	-0.76%	245,939,303	-1.46%
Dívida Consolidada Líquida	463,305,444	463,305,444	2235.71%	463,305,444	0.00%	247,161,801	-46.65%	242,791,180	-1.77%	237,081,052	-2.35%

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Ilhéus, em 15/04/2021

Metodologia de Cálculo dos Valores Correntes

VARIÁVEIS	2022	2023	2024
Crescimento real do PIB - BA (% a.a.)	0.50%	0.60%	0.80%
Inflação IPCA (% a.a. - 12 meses)	3.50%	3.60%	3.70%
Transferências Constitucionais (% a.a.)	1.00%	1.00%	1.00%
Esforço de Arrecadação Municipal	1.00%	1.00%	1.00%

LDO - Ilhéus 2022

Lei Complementar nº 101, Art. 4º, § 2º, inciso II: O Anexo conterá ainda: demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional



MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
2022  
ANEXO II. D

LRF, art. 4º § 2º, inciso III

					R\$ 1.00	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital		0.00%		0.00%		0.00%
Reservas	-	0.00%	-	0.00%	-	0.00%
Resultado Acumulado	199,201,455.99	100.00%	199,201,455.99	100.00%	83,281,601.39	100.00%
<b>TOTAL</b>	<b>199,201,455.99</b>	<b>100.00%</b>	<b>199,201,455.99</b>		<b>83,281,601.39</b>	

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio						
Reservas			O município não tem regime de previdência própria			
Lucro ou Prejuízos Acumulados						
<b>TOTAL</b>						

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Ilhéus, em 15/04/2021

LDO - Ilhéus 2022

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:

§ 2º O Anexo conterá ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.



MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2022  
ANEXO II E

LRF, art.4º, §2º, inciso III

RS 1.00

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicação Financeiras			
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	2020 (d)	2019 (e)	2018 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	2020	2019	2018
	(g) = ((Ia - IIId) + IIIf)	(h) = ((Ib - IIe) + IIIf)	(i) = (Ic - IIIf)
<b>VALOR (III)</b>	-	-	-

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Ilhéus, em 15/04/2021

Nota :

LDO - Ilhéus 2022

Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 2º, inciso III:

§ 2º O Anexo conterá ainda:

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.



MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
2022  
ANEXO II, F

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1.00

<b>RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>			
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Patronal			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamento			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)			
<b>DESPESAS</b>	2018	2019	2020
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)			
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>			
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	2018	2019	2020
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Ilhéus, em 15/04/2021



MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
2022  
ANEXO II. F

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

RS 1.00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
	<b>NADA CONSTA</b>			

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Ilhéus, em 15/04/2021

Nota: Projeção atuarial elaborada em 30/03/2018

LDO - Ilhéus 2022

Lei Complementar n.º 101/00 Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a:

IV - avaliação da situação financeira e atuarial

a) dos regimes geral de previdência social e próprios de servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador



MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
2022  
ANEXO II. G

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS 1.00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
		<b>NADA CONSTA</b>				
TOTAL						-

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Ilhéus, em 15/04/2021

LDO - Ilhéus 2022

Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

V – demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado



MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2022  
ANEXO II. H

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS 1.00

EVENTOS	Valor Previsto para 2022
Aumento Permanente da Receita	5,543,000
(-) Transferências Constitucionais	1,940,050
(-) Transferências ao FUNDEB	1,108,600
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2,494,350
Redução Permanente de Despesa (II)	1,500,000
<b>Margem Bruta (III) = (I+II)</b>	<b>3,994,350</b>
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2,834,200
Novas DOCC	2,834,200
Novas DOCC geradas por PPP	-
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>1,160,150</b>

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Ilhéus, em 15/04/2021

Nota: Na apuração da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado - DOCC, é prevista a redução permanente de despesa por meio da racionalização dos recursos humanos. O valor atribuído ao Campo Aumento Permanente da Receita foi gerado a partir da previsão das transferências de recursos a ingressar na municipalidade.

LDO - Ilhéus 2022

Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 2º, inciso V:

V – demonstrativo da estimativa e compensação de renúncia de receita e margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**

**ANEXO III**

**RISCOS FISCAIS**



MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2022  
ANEXO III

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

RS 1.00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais (Sentenças Judiciais)	165,145,031.67	Abertura de Créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência ou de cancelamento de despesas discricionárias	165,145,031.67
<b>SUBTOTAL</b>	<b>165,145,031.67</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>165,145,031.67</b>

  

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação da receita própria	1,000,000.00	Contingenciamento de despesa e/ou limitação de empenho e movimentação financeira, conforme Art. 9º da LC 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	1,000,000.00
Variação na Receita de Transferência de convênios, que podem ou não ocorrer dependendo da voluntariedade ou disponibilidade financeira no ente concedente	15,000,000.00	Contingenciamento de despesa e/ou limitação de empenho e movimentação financeira, conforme Art. 9º da LC 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	15,000,000.00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>16,000,000.00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>16,000,000.00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>181,145,031.67</b>	<b>TOTAL</b>	<b>181,145,031.67</b>

FONTE: Sistema contábil, Prefeitura Municipal de Ilhéus, em 15/04/2021

LDO - Ilhéus 2022

[1] Lei Complementar 101/00 Art. 4º § 3º.

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.